

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

**23**  
**Agosto**  
2017



# CLIP PING TJ ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

DIÁLOGOS REDE GAZETA

# Evento discutirá a violência doméstica

**Seminário faz parte da 8ª Semana Justiça pela Paz em Casa, em parceria com o TJES**

Será realizado na sexta-feira, 25, às 14 horas, o seminário "Justiça pela Paz em Casa" para debater as medidas de combate a violência doméstica no Espírito Santo. O encontro é uma realização da Rede Gazeta, em parceria com o Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), como parte da programação da 8ª Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa.

A cerimônia de lançamento da programação foi na segunda-feira (21), no Tribunal de Justiça, em Vitória, e contou com a presença de desembargadores, parlamentares, representante de órgãos públicos e privados, além da sociedade civil.

A semana se encerra com o debate que vai reunir autoridades e especialistas no assunto. A programação inclui a participação de juíza



COMUNICAÇÃO TJES

**Abertura da Semana no TJES: presidente do tribunal, Annibal Rezende, desembargadores Fernando Zardini e Janete Vargas e outras autoridades**

Hermínia Azoury, coordenadora da Semana, a delegada Arminda Rodrigues, a promotora de Justiça Cláudia Garcia, representantes de projetos sociais que apoiam vítimas e outros especialistas. "A violência contra a mulher ou a criança, infelizmente, está quase todos os dias na pauta do jornalismo da Gazeta. As estatísticas são muito altas no Estado e precisamos reverter isso. Pro-

mover o debate é uma forma da Rede Gazeta demonstrar a importância deste tema e se comprometer na busca de soluções", avalia a gerente de Relações Institucionais da empresa, Luciane Ventura.

Para participar, é só acessar ao site [www.redegazeta.com.br/dialogos](http://www.redegazeta.com.br/dialogos) e realizar a inscrição. O encontro é aberto ao público com vagas limitadas. O encontro abre com um diagnóstico com

números de violência no Estado. O grupo Raabe também apresentará o trabalho desenvolvido para mulheres superarem os traumas de agressão. A mediação fica por conta da âncora do Bom Dia Espírito Santo, Tatiane Braga.

Durante esta semana, o Tribunal de Justiça também realiza uma série de ações de atendimento à mulher na Praça Otávio Araújo, em

frente ao Fórum da Prainha, em Vila Velha. Um ônibus rosa do Juizado Itinerante da Lei Maria da Pena estará com as portas abertas de 9h às 17h. Dentro do veículo serão oferecidos atendimento social e psicológico, além de orientação jurídica, expedição de Boletins de Ocorrência (BOs) e concessão de medidas protetivas, entre outras medidas.

Os magistrados também

realizarão audiências, júris e julgamentos de processos sobre violência doméstica e familiar contra a mulher, bem como ações penais cuja vítima seja do sexo feminino. A ação celebra os 11 anos da Lei Maria da Pena.



EVENTO

**Quando:** Sexta-feira - 25/08, às 14h  
**Onde:** Auditório da Rede Gazeta.  
**Inscrições pelo site:**  
[www.redegazeta.com.br/dialogos](http://www.redegazeta.com.br/dialogos)

## **Diálogos sobre violência doméstica são promovidos na Rede Gazeta**

### **Seminário faz parte da 8ª Semana Justiça pela Paz em Casa.**

Na próxima sexta-feira (25), acontece o seminário "Justiça pela Paz em Casa" para debater as medidas de combate à violência doméstica no Espírito Santo.

O encontro é uma realização da Rede Gazeta, em parceria com o Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES), como parte da programação da 8ª Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa.

A cerimônia de lançamento da programação foi nesta segunda-feira (21), no Tribunal de Justiça, em Vitória, e contou com a presença de desembargadores, parlamentares, representante de órgãos públicos e privados, além da sociedade civil.

O ponto comum em todos os discursos é a constatação de que, apesar das várias iniciativas, ainda não houve significativa redução da violência contra a mulher no Estado, que figura entre os que mais registram ocorrências no país.

A semana encerra com o debate que vai reunir autoridades e especialistas no assunto. A programação inclui a participação de juíza Hermínia Azouri, coordenadora da Semana, a delegada Arminda Rodrigues, a promotora de Justiça Cláudia Garcia, representantes de projetos sociais que apoiam vítimas e outros especialistas.

"A violência contra mulher ou a crianças, infelizmente, está quase todos os dias na pauta de notícias do jornalismo da Gazeta. As estatísticas são muito altas no Estado e precisamos reverter isso. Promover o debate é uma forma da Rede Gazeta demonstrar a importância deste tema e se comprometer na busca de soluções", avalia a gerente de Relações Institucionais da empresa, Luciane Ventura.

Para participar, é só acessar ao site [www.redegazeta.com.br/dialogos](http://www.redegazeta.com.br/dialogos) e realizar a inscrição. O encontro é aberto ao público com vagas limitadas.

O encontro abre com um diagnóstico com números de violência no Estado e os casos registrados na delegacia da mulher.

O grupo Raabe também apresenta o trabalho desenvolvido para mulheres superarem os traumas de agressão. A mediação do encontro e apresentação fica por conta a jornalista âncora do Bom Dia Espírito Santo, Tatiane Braga.

Durante esta semana, o Tribunal de Justiça também realiza uma série de ações de atendimento à mulher na Praça Otávio Araújo, em frente ao Fórum da Prainha, em Vila Velha. Um ônibus rosa do Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha estará com as portas abertas de 9h às 17h.

Dentro do veículo serão oferecidos atendimento social e psicológico, além de orientação jurídica, expedição de Boletins de Ocorrência (BO) e concessão de medidas protetivas em favor das mulheres vítimas de violência.

Além da atuação concentrada desta campanha, os magistrados do Poder Judiciário capixaba realizarão audiências, júris e julgamentos de processos que versem sobre violência doméstica e familiar contra a mulher, bem como ações penais cuja vítima seja do sexo feminino.

### **Lei Maria da Penha**

A Campanha acontece neste mês, agosto, em que a Lei Maria da Penha completa 11 anos. A Lei n. 11.340, de 07 de agosto de 2006, leva o nome de uma mulher símbolo do combate à violência doméstica, a biofarmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes, que sobreviveu a duas tentativas de assassinato praticadas pelo então marido.

A legislação criou mecanismos para coibir a violência doméstica, proibiu a aplicação de penas pecuniárias aos agressores, aumentou a punição para os casos de violência doméstica e possibilitou a concessão de medidas protetivas de urgência às vítimas de agressão.

## OPINIÃO DA GAZETA

/// Abandono da meta para julgar crimes contra a vida interrompe engajamento necessário com a produtividade dos tribunais

# ACENO À IMPUNIDADE

O processômetro que mede a celeridade das ações penais no país tende a emperrar com a desistência do Conselho Nacional de Justiça de estabelecer metas de julgamentos de crimes contra a vida. É uma péssima notícia, num momento em que a sociedade tenta encontrar formas de combater a escalada da violência. A decisão é um aceno à impunidade, o fim do compromisso do Judiciário com o andamento da Justiça nesses casos mais graves, muitos deles de impacto na opinião pública.

A última meta de julgamento de ocorrências dolosas contra a vida, firmada para 2015, era julgar 80% do estoque de processos antigos de homicídio relativos à época. Um objetivo audacioso, mas que denotava um engajamento necessário com a produtividade dos tribunais. O resultado ficou bem abaixo dessa promessa, com apenas 10,9% das ações abertas até 2012 julgadas.

Se é incontestável a gravidade dos altos índices de mortes violentas no país, o que se sucede ao crime também tem um peso social inestimável: a sensação de impunidade se alimenta da morosidade da Justiça. Uma persecução penal que preze pela agilidade e pela eficiência deve ser um objetivo constante, não pode ser descartada. Perseguir o esclarecimento de crimes violentos deve perseverar.

A Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp) nasceu em 2010 para unir diferentes órgãos no combate à violência letal. A falta de estrutura e de recursos humanos é uma justificativa constante para a demora nos processos, ao lado da burocracia. A Enasp surgiu como um esforço coletivo para superar esses entraves.

Não há para onde correr: um país sem uma Justiça eficiente e rápida é um habitat para a impunidade.

# 64,5

mil

É o número de processos, envolvendo os crimes mais graves, que chegaram ao Judiciário até 2012 e permanecem sem julgamento em todo o país.

# “

**EU DIGO QUE...**

“Nunca me derrubarão. E como sempre voltarei mais forte”

**Cristiano Ronaldo**

Jogador do Real Madrid, sobre suspensão de cinco partidas por ter empurrado um árbitro na vitória sobre o Barcelona

“Já atingiram meu olho, mas não vão me calar”

**Marcia Friggi**

Professora de Indaial, em Santa Catarina, agredida por um estudante durante a aula



ANTONIO MOREIRA - 07/07/2017

PAÍS EM GUERRA

# Brasil tem 155 assassinatos por dia

POLICIAIS atendem ocorrência de homicídio na avenida Norte-Sul, na Serra: 460 assassinatos na Grande Vitória no primeiro semestre

Somente no Espírito Santo, 783 pessoas foram assassinadas no primeiro semestre, sendo 460 mortes na Grande Vitória

Nas cores da bandeira do Brasil se destacam o verde, amarelo, azul e o branco, sendo que essa última tonalidade representa a paz. Mas a violência tem "manchado" de vermelho esse símbolo da Nação.

Em um cenário de "guerra", o País registrou 155 assassinatos por dia, uma média de seis por hora, ultrapassando a marca dos 28 mil homicídios cometidos no primeiro semestre. Os dados são das secretarias estaduais da segurança pública e têm por base crimes de homicídios dolosos, lesões corporais seguidas de morte e latrocínios (rou-

bo seguidos de morte). Segundo a Secretaria de Estado da Segurança Pública, no Espírito Santo 783 pessoas morreram nesse período, sendo 460 na Grande Vitória. O Estado chegou a ser referência nacional na redução da criminalidade. Entretanto, houve uma interrupção desses indicadores durante a greve da Polícia Militar, ocorrida em fevereiro.

Essa realidade do País, no entendimento do procurador de Justiça Sócrates de Souza, se aproxima do caos. "O que a gente observa é que nos países que estão em constantes conflitos, em guerra civil,

morrem menos gente do que no Brasil."

O comandante-geral da PM, coronel Nylton Rodrigues, saiu em defesa de modernização da lei penal. "Eu defendo uma agenda prioritária em Brasília com relação à modernização da lei penal. A gente acompanha que a prioridade lá é a modernização da lei trabalhista."

Porém, ele fez uma ponderação: "O que temos hoje em

relação à lei penal é que ela estabelece regras para a sociedade. Mas o que percebemos é que a sociedade evoluiu. Por exemplo, o adolescente de 16 anos, de 1940, era diferente de um menino em 2017. A lei tem que acompanhar essa evolução."

Para o coronel, essa mudança é prioritária. "O autor de crimes violentos deve responder aos processos preso. Além disso, depois de condenado, ele não deve ser beneficiado com progressão de pena, mas há casos em que ele sai após seis anos."

E finalizou: "Acredito que com o endurecimento da lei para os crimes violentos, tirando seus autores do meio da sociedade, consigamos obter resultados melhores nos indicadores de homicídios."

**O autor de crimes violentos deve responder aos processos preso**

Nylton Rodrigues, coronel e comandante-geral da PM

## Adolescente executada ao ir a velório

A violência no País tem feito vítimas de diferentes idades. A exemplo da adolescente Camila Vieira Hilário, de 16 anos, que foi encontrada morta na noite de segunda-feira, na estrada de Putiri, zona rural da Serra.

A vítima, que morava em São Pedro, Vitória, foi assassinada com três tiros na cabeça e dois nas costas. Ela tinha ido ao velório de uma amiga.

A tia da vítima, uma copeira, de 26 anos, que não quis se identificar, retrata a dor dian-

te da morte da sobrinha. "Ficamos arrasados. Há alguns anos perdi meu irmão da mesma forma. É uma tristeza muito grande para a família", afirmou.

Outro caso de homicídio ocorreu na manhã de ontem. O corpo de uma mulher encontrado em Vale Encantado, numa rotatória que integra a rodovia Leste-Oeste.

A perícia contou mais de 10 marcas de tiros na vítima, que estava sem documento de identificação.



CORPO de mulher foi encontrado pela polícia em Vale Encantado

### Saiba mais



#### GUERRA DO VIETNÃ

#### 58 MIL SOLDADOS

americanos morreram na Guerra do Vietnã, que durou de 1º de novembro de 1955 a 30 de abril de 1975.

#### ASSASSINATOS NO PAÍS

#### 28.065 PESSOAS

foram assassinadas no primeiro semestre deste ano no País e, no mesmo período do ano passado, foram 26.285.

#### HOMICÍDIOS NO BRASIL

	2016	2017	VARIAÇÃO %
Pernambuco (PE)**	2.410	3.323	37,88
Ceará (CE)	1.743	2.299	31,90
Espírito Santo (ES)	808	783	28,78
Rio Grande do Norte (RN)*	1.161	1.466	26,27
Rio de Janeiro (RJ)	2.606	2.976	14,20
Pará (PA)	1.749	1.970	12,64
Santa Catarina (SC)	480	529	10,21
Amazonas (AM)**	483	506	4,76
Rio Grande do Sul (RS)	1.426	1.491	4,56
Alagoas (AL)***	1.090	1.137	4,31
São Paulo (SP)	1.947	1.998	2,62
Bahia (BA)**	2.868	2.799	-2,41
Amapá (AP)	143	137	-4,20
Piauí (PI)	351	335	-4,56
Minas Gerais (MG)	1.748	1.645	-5,89
Paraíba (PB)	696	629	-9,63
Mato Grosso do Sul (MS)*	339	303	-10,62
Goiás (GO)	1.602	1.422	-11,24
Sergipe (SE)	622	544	-12,54
Rorondônia (RO)	293	255	-12,97
Paraná (PR)	728	614	-15,66
Mato Grosso (MT)	619	516	-16,64
Distrito Federal (DF)	370	270	-27,03
Tocantins (TO)	203	118	-41,87

Obs.: Maranhão, Acre e Roraima não forneceram dados até \* agosto \*\* até maio \*\*\* até julho

#### Brasil

1º SEMESTRE 2016	26.285
1º SEMESTRE 2017	28.065

#### MORTES EM ALGUMAS CIDADES CAPIXABAS

CIDADES	2017	2016	CIDADES	2017	2016
1º Serra	176	142	12º C. de Itapemirim	11	19
2º Cariacica	100	61	13º São Gabriel da Palha	9	3
3º Vila Velha	93	86	14º Santa Maria de Jetibá	5	3
4º Vitória	51	31	15º Presidente Kennedy	5	4
5º Guarapari	23	21	16º Anchieta	3	4
6º Viana	10	6	17º Santa Teresa	2	1
7º Fundão	7	3			
8º Linhares	51	18			
9º São Mateus	43	19			
10º Aracruz	27	14			
11º Colatina	17	14			

Fonte: Secretarias Estaduais da Segurança Pública.

PAÍS EM GUERRA

# Senado vai avaliar 359 projetos

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal tem 359 projetos votados para a área de direito processual e penal. Alguns deles foram apresentados em 2008 e permanecem à espera de uma definição.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 28/2010, por exemplo, visa punir com prisão perpétua autores de crimes praticados contra a criança ou adolescente. O autor é o senador capixaba Magno Malta (PR).

“Sou a favor de um plebiscito para instituir prisão perpétua para crimes de corrupção, crimes de pedofilia e narcotráfico. Quem comete crime hediondo responde como gente grande, independentemente da idade. É essa cultura no País que deve ser mudada”, disse Malta.

Aumentar penas, contudo, não resolve o problema, segundo o advogado criminalista Rivelino Amaral. “Aumentar pena ou rigor na progressão dos regimes, prisão perpétua, pena de morte não são a solução para redução dos índices de criminalidade no País. Deve-se atacar a causa e não apenas o problema”, pontuou Rivelino.

A demora para que as propostas sejam votadas e então aprovadas ou rejeitadas é alvo do PL 11/2014, de autoria do ex-deputado federal Vieira Cunha (PDT). O projeto tramita na CCJ do Senado (por já ter sido aprovado na Câmara) e



PLENÁRIO do Senado ainda não discutiu projetos de segurança pública que aguardam pareceres em comissões

quer dar prioridade de tramitação a processos penais relativos aos crimes hediondos.

Já a PEC 33/2014, de autoria do senador capixaba Ricardo Ferraço (PSDB) visa incluir a segurança pública entre as competências comuns da União, dos estados e dos municípios, corrigindo uma omissão da Constituinte de 1988, se-

gundo o senador. A medida foi aprovada em plenário em setembro de 2015. Portanto, está há quase dois anos parada na Câmara dos Deputados, onde também deverá ser aprovada em plenário.

“É inacreditável que a Constituinte não tenha dado a mesma importância à segurança pública que

deu à saúde e à educação no compartilhamento das obrigações entre governo federal e demais instâncias”, justificou Ricardo, que deseja garantir mais recursos para a segurança pública.

Em função dos debates da reforma política, a Câmara não repassou dados sobre projetos de segurança pública em tramitação na Casa.

## Congresso quer agilizar aprovação de propostas

O presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), decidiu esta semana que será criada uma comissão mista de senadores e deputados para agilizar a aprovação de projetos ligados à área de segurança pública.

O senador afirmou que será dada prioridade a projetos que melhorem a proteção da sociedade e do cidadão, em busca de “um novo patamar de segurança pública no Brasil”.

O Projeto de lei do Senado (PLS) nº 516/2013 apresenta uma reunião de medidas cujo objetivo é enfrentar os problemas dos presídios brasileiros. A proposta é fruto de um anteprojeto elaborado por uma comissão de juristas, que tem como ponto central, impedir a acomodação de presos superior à capacidade do estabelecimento penal.

“Pedi ao presidente da CCJ, senador Edison Lobão (PMDB-PI), para designar relator e agilizar o projeto, importante para a sociedade. Prender efetivamente quem precisa estar preso e soltar quem não precisa estar preso. Estamos trabalhando essa pauta”, disse.



POMPEU: mudança nas penas

## Especialistas defendem educação para combater crime

Em meio à tanta violência no País, há quem defenda a liberação de armas de fogo para a população. Especialistas, porém, afirmam que essa não é a melhor saída.

Para o especialista em segurança pública e privada Alexandre Domingos, o enfrentamento da violência passa primeiramente pela educação.

“Temos que ter medidas emergenciais e medidas de longo prazo. As de longo prazo passam pela educação com escolas de tempo integral. A médio prazo precisamos de mudanças nas leis. Já a curto prazo é equipar as polícias e dar bons salários para os agentes”, declarou.

O secretário de Estado de Direitos Humanos, Júlio Pompeu, ressaltou que a Justiça brasileira tem falhas.

“O nosso código penal prevê prisão para tudo, mas o bandido não permanece preso muito tempo. A pessoa se sente autorizada a cometer um crime. Talvez uma mudança nas penas gere mais certeza de punição. É cultural”, ressaltou.

### SAIBA MAIS

#### Como é a lei hoje

##### HOMICÍDIO

É o ato de matar alguém, previsto no Artigo 121 do Código Penal. A punição vai de 12 a 30 anos de prisão, para o caso do homicídio qualificado, quando o crime é cometido por motivo fútil; empregar veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum.

##### LATROCÍNIO

Roubo seguido de morte, enquadrado no artigo 157, cuja pena varia de 20 a 30 anos de prisão. A punição inicial é maior que a de homicídio, porque, além de tirar a vida de alguém, o criminoso também a assalta.

##### SEQUESTRO

Privar a pessoa de sua liberdade, que pode vir também acompanhada de extorsão, ou seja, pedido de qualquer vantagem, inclusive financeira, para a libertação da vítima. Artigo 148, que prevê punição de 8 a 15 anos de prisão.

##### ESTUPRO

Conjunção carnal (pênis ou vagina) ou qualquer ato libidinoso, quando não há introdução, não há consumação da conjunção carnal, previsto no artigo 213, com punição de 6 a 10 anos de prisão.

Para casos de estupro de vulnerável (contemplado no artigo 217-A), a pena sobe de 8 para 15 anos de prisão.

##### ROUBO

Subtrair um bem utilizando-se de

violência ou grave ameaça. Artigo 157 do Código Penal. Pena de 4 a 10 anos de prisão e multa.

##### PEDOFILIA

É uma doença ligada a estupro de vulnerável, ou seja, menor de 14 anos. A legislação enxerga que o menor de 14 não tem capacidade de dizer sim ou não ao ato, porque não consegue entender o caráter ilícito da ação. É um termo usado para se referir ao pedófilo, homem ou mulher, que tem interesse sexual por menores, tanto menino quanto menina. Quando ele alcança esse desejo, comete crime, que via de regra, é classificado como estupro de vulnerável. Artigo 217-A com pena



de 8 a 15 anos de prisão.

**PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO**  
Portar, deter, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder arma de fogo sem autorização legal. Crime previsto no artigo 14. A pena varia de 2 a 4 anos de prisão.

**Algumas propostas**

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO (PEC) Nº 28/2010**  
Visa punir com prisão perpétua autores de crimes praticados contra crianças ou adolescentes. O autor é o senador capixaba Magno Malta (PR).

**PROJETO DE LEI (PL) Nº 130/2017**  
Propõe alterar o Código Penal para aumentar pena para os crimes de homicídio, lesão corporal e estupro cometidos com barbaridade e crueldade contra crianças, adolescentes, pessoas portadoras de deficiência e idosos. A medida é de autoria do senador Raimundo Lira (PMDB-PB).

**PL Nº 11/2014**  
De autoria do ex-deputado federal Vieira da Cunha (PDT) e que tramita na CCJ do Senado (por já ter sido aprovado na Câmara), estabelece prioridade de tramitação para os processos penais relativos aos crimes hediondos, alterando o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal.

**PEC Nº 33/2014**  
Altera os artigos 23 e 24 da Constituição Federal, para tornar competência comum da União, dos Estados, do

“Em 1988, a segurança pública talvez não tivesse a dimensão enfrentada hoje”

Ricardo Ferraço (PSDB), senador



“Impunidade é o fermento da violência. É essa cultura do País que deve ser mudada”  
Magno Malta (PR), senador

Distrito Federal e dos Municípios a de garantir a segurança pública e para tornar competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal legislar sobre segurança pública. O autor é o senador capixaba Ricardo Ferraço (PSDB).

##### SUBSTITUTIVO Nº 08/2015

Altera o artigo 83 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, de modo a tornar mais rigorosos os requisitos necessários ao deferimento do livramento condicional. Proposta da Câmara Federal.

Fontes: Rivelino Amaral, advogado criminalista e CCJ do Senado.

PAÍS EM GUERRA

# Corte de regalias para presos

**Autoridades defendem o fim de benefícios, como indultos e saídas temporárias, para presos que estão em cumprimento de pena**

Os números da violência assustam a população que clama por mudanças rigorosas nas leis penais. Também desejam alterações autoridades, que vão além e acreditam ser necessário acabar com as regalias para presos que estão em cumprimento de pena.

O procurador de Justiça Sócrates de Souza declarou que o País vive em um "estado de exceção" e que, por isso, deveria haver regras excepcionais, com o fim de regalias para presidiários.

"Talvez a eliminação de algumas regalias como essas 'saiadinhas' temporárias, o indulto de Natal, Dia dos Pais, Dia das Mães. Em todo o crime que tenha sido utilizada uma arma de fogo ou qualquer outra arma para causar uma lesão e ameaçar alguém, deveria ter um tratamento mais rigoroso de quem aplica a lei. Já passou da hora de cortar algumas regalias", explicou.

O comandante-geral da Polícia Militar do Espírito Santo, coronel Nilton Rodrigues, também defendeu o fim das regalias, além do endurecimento das leis para crimes violentos, como homicídios, tentativas de homicídios, tráfico de drogas, assaltos.

"Eu defendo que os autores de crimes violentos não tenham regalias. Quando o traficante sai para o indulto, volta para o seu ambiente. Ali estão estabelecidos ciclos de vingança. Ele sai para acertar contas. Quando tem esses indultos, a violência cresce. Eles roubam porque precisam de dinheiro, compram armas e matam. Modernizar a lei penal é prioritário", disse.

E na sociedade, o que não falta são vítimas dos crimes violentos, a exemplo dos motoristas de Uber e táxi da Grande Vitória.

Em maio deste ano, o motorista Anderson Guimarães Bastos, 41, foi vítima de assalto. Ele trabalha há nove meses no ramo.

De acordo com ele, três rapazes solicitaram uma viagem de Vila Garrido, em Vila Velha, para Ilha das Flores, no mesmo município.

Ao chegarem ao destino, os bandidos exigiram que Anderson entrasse em uma rua deserta e anunciaram o assalto, que aconteceu em plena luz do dia. Anderson afirma que teve uma arma engatilhada apontada para a cabeça.

"Nunca imaginei que isso fosse acontecer. Eles eram clientes cinco estrelas. Durante o assalto, imaginei que fosse morrer. Mas, apenas levaram o meu celular e dinheiro", lembrou.

Anderson revela ainda que ficou bastante traumatizado e um mês afastado da função. "Fiquei frustrado. Agora estudo o local das chamadas e recuso corridas de pessoas suspeitas", frisou.



**"Eu defendo que os autores de crimes violentos não tenham regalias. Quando o traficante sai para o indulto, volta para o seu ambiente, onde há um ciclo de vingança. Nos indultos, a violência cresce"**

Nilton Rodrigues, coronel e comandante-geral da Polícia Militar do Espírito Santo



**"Eu entendo que vivemos em um estado de exceção. E no estado de exceção você tem que aplicar regras excepcionais. Já passou da hora de cortar algumas regalias"**

Sócrates de Souza, procurador de Justiça

## BANDIDOS ATACAM NA GRANDE VITÓRIA

### Rendido na porta de casa

O dia de comemoração do aniversário de 4 anos da neta, por pouco não se transformou em tragédia para um técnico em eletrônica, 57. Ele foi rendido por dois assaltantes armados e teve o carro roubado na porta de casa, quando saía para levar a neta à creche.

A vítima lutou com um bandido, mas teve o Corolla roubado. Na fuga, os bandidos foram perseguidos por PMs e caíram de um barranco com o carro. Os ladrões fugiram. O caso foi registrado na 3ª Delegacia Regional da Serra.



LEONE OLIVEIRA



LEONE OLIVEIRA

### Loja arrombada 5 dias após abrir

Uma loja de roupas foi arrombada por um casal na madrugada de ontem, em Itapuã, Vila Velha. A loja foi inaugurada na última sexta-feira, e o prejuízo é de pelo menos R\$ 2,5 mil, segundo a proprietária.

Após quebrar o vidro da loja com uma vela de carro, o ladrão e a cúmplice entraram na loja com uma sacola, onde colocaram peças que estavam nas araras.



FERNANDO RIBEIRO/AT

### Preso em ônibus após assalto

Um criminoso foi preso num ônibus do Transcol, da linha 572 (Terminal São Torquato-T. Laranjeiras), após assaltar uma loja em Jardim Camburi, Vitória, na noite de segunda. Adriano Silva, 37 anos, é acusado de simular estar armado para roubar R\$ 1.016 do estabelecimento. Ele foi levado à 1ª Delegacia Regional de Vitória, autuado por roubo e conduzido ao presídio.

## Na França, ser flagrado com arma de fogo é crime grave

Em muitos países andar armado é um crime grave, já que o porte e a posse de armas é proibido e para obter uma arma, o cidadão precisa passar por treinamentos e exames rigorosos.

Uma das nações onde a compra de armas para uso pessoal é proibida é a França. No país europeu, os cidadãos não têm permissão para porte e posse de armas, a menos que seja de caça, como espingarda de pressão.

A venda desse tipo de arma é livre no território francês para maiores de 18 anos.

Outros locais, como Austrália e Japão têm leis ainda mais rígidas.

No país da Oceania somente guardas e outros responsáveis pela segurança pública estão autorizados a carregar e usar armas. E mesmo eles têm restrições, pois a posse de armas automáticas, como fuzis e pistolas, não é legal.

Já no Japão, a lei só abre exceção para policiais e esportistas - que precisam de autorização especial. Ainda assim, a polícia apreende mil armas ilegais por ano.

**PARTICIPARAM** desta reportagem: Eduardo Alencar, Eliane Proscholdt, Erick Alencar, Juliano Viana e Leone Oliveira.

## PATRIMÔNIO DO CENTRO DE VITÓRIA

# MORADORES DENUNCIAM OBRA EM PRÉDIO HISTÓRICO

## Intervenção é para transformar o edifício em camelódromo

RAQUEL LOPES  
rflopes@redgazeta.com.br

Um patrimônio histórico tombado em 2005 está sendo modificado “de forma escondida” no Centro de Vitória. As obras, no Edifício José Bernardino, ocorrem durante a madrugada e a intenção é que um camelódromo seja construído no local.

Moradores indignados com a situação denunciaram a reforma irregular ao Ministério Público do Espírito Santo (MPES) e a Prefeitura de Vitória.

O presidente da Associação de Moradores do Centro de Vitória (Amacentro), Everton Brito Martins, explica que na denúncia foi feito um pedido para que os órgãos competentes fiscalizem o local. Ele argumenta que se trata de uma obra irregular no edifício José Bernardino, pois não há licença para modificação do prédio tombado.

“Um bem histórico é tombado quando passa a figurar na relação de bens culturais que tiveram sua importância histórica. Esse imóvel preserva a memória do Centro de Vitória, são eles que diferenciam o Centro de outras partes da cidade. É preciso preservar o patrimônio”, comenta Everton.

### OBRAS

Atualmente, as obras ocorrem na parte interna do



Edifício José Bernardino, na Avenida Jerônimo Monteiro: obra acontece na parte interna



prédio. Mas Everton conta que a intenção dos proprietários é retirar as duas janelas que ficam na frente do edifício, na Avenida Jerônimo Monteiro, e construir

duas portas para a entrada de um camelódromo.

No entanto, as obras não podem ocorrer, já que o edifício é um bem tombado na

categoria G2. Dessa forma, a modificação não pode ser feita na parte externa, interna e no telhado. O prédio só pode ser restaurado com o acompanhamento da Prefeitura Municipal de Vitória. A denúncia ocorreu no dia 31 de maio.

O prédio comercial foi construído em 1924 e possui três pavimentos, com área total de 1125 m<sup>2</sup>. Atualmente, o prédio está desocupado, mas o Banco Real funcionou no local, que hoje pertence ao Banco Santander.

EDSON CHAGAS E FOTO DO LEITOR

### OPINIÃO



“Um prédio tão importante merecia uma galeria de artes. Tudo poderia ser feito sem mudar a estrutura dele”

CARLOS WELSING  
ESTUDANTE



“Uma construção histórica não pode ser modificada dessa forma. Sou contra mexer na estrutura do prédio”

ELIEDNA DOS SANTOS  
COMERCIANTE

### MP diz que está apurando o caso

O Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES), informou, em nota, que por meio da Promotoria de Justiça Cível de Vitória, informa abriu procedimento para apurar o caso. Caso constatadas irregularidades, serão tomadas as medidas cabíveis.

## Prefeitura já fez interdição e aplicou 11 multas

O Edifício José Bernardino está embargado desde o dia 1º de junho pela Prefeitura Municipal de Vitória. Ele foi feito após a denúncia realizada pela Associação de Moradores do Centro de Vitória no dia 31 de maio.

No entanto, a secretária de Desenvolvimento da

Cidade, Lenise Loureiro, explica que a fiscalização flagrou obras sendo realizadas mesmo após o embargo. E aplicou multas.

São 11 multas no valor de R\$ 7.817. Elas foram encaminhadas ao Banco Santander após as obras continuarem por 11 dias após o embargo: 3, 5, 6, 7, 8, 9, 12,

13, 19 e 21 de junho. Nenhuma ainda foi paga.

“Os proprietários são obrigados a restabelecer as condições originais do imóvel e não podem modificar nada, estando sujeitos a mais multas”, comenta.

Lenise acrescenta que o proprietário precisa procurar a Prefeitura Muni-

pal de Vitória para restabelecer as condições originais do imóvel e pegar a autorização de uso para restauro da edificação. Tudo precisa ser feito com o acompanhamento da prefeitura. “Há uma equipe técnica na prefeitura somente para bens tombados”, diz.

### IMÓVEL VENDIDO

O imóvel pertence na inscrição imobiliária do município ao Banco Real, vendido ao Banco Santander. Por isso, as multas estão sendo encaminhadas para a empresa, que ainda responde pelo prédio.

No entanto, o Santander esclarece, por meio

de nota, que o imóvel foi vendido em maio de 2015, e que o processo de transferência do bem para o comprador está em andamento. E acrescenta que as obras não estão sendo feitas pela empresa.

A reportagem não conseguiu localizar a empresa JCR Administradora de Bens LTDA, que comprou o imóvel do banco.



## **Moradores do Centro de Vitória denunciam obra em prédio histórico**

### **Intervenção é para transformar o edifício em camelódromo**

Um patrimônio histórico tombado em 2005 está sendo modificado “de forma escondida” no Centro de Vitória. As obras, no Edifício José Bernardino, ocorrem durante a madrugada e a intenção é que um camelódromo seja construído no local.

Moradores indignados com a situação denunciaram a reforma irregular ao Ministério Público do Espírito Santo (MPES) e a Prefeitura de Vitória.

O presidente da Associação de Moradores do Centro de Vitória (Amacentro), Everton Brito Martins, explica que na denúncia foi feito um pedido para que os órgãos competentes fiscalizem o local. Ele argumenta que se trata de uma obra irregular no edifício José Bernardino, pois não há licença para modificação do prédio tombado.

“Um bem histórico é tombado quando passa a figurar na relação de bens culturais que tiveram sua importância histórica. Esse imóvel preserva a memória do Centro de Vitória, são eles que diferenciam o Centro de outras partes da cidade. É preciso preservar o patrimônio”, comenta Everton.

### **OBRAS**

Atualmente, as obras ocorrem na parte interna do prédio. Mas Everton conta que a intenção dos proprietários é retirar as duas janelas que ficam na frente do edifício, na Avenida Jerônimo Monteiro, e construir duas portas para a entrada de um camelódromo.

No entanto, as obras não podem ocorrer, já que o edifício é um bem tombado na categoria G2. Dessa forma, a modificação não pode ser feita na parte externa, interna e no telhado. O prédio só pode ser restaurado com o acompanhamento da Prefeitura Municipal de Vitória. A denúncia ocorreu no dia 31 de maio.

O prédio comercial foi construído em 1924 e possui três pavimentos, com área total de 1125 m<sup>2</sup>. Atualmente, o prédio está desocupado, mas o Banco Real funcionou no local, que hoje pertence ao Banco Santander.

### **MP DIZ QUE ESTÁ APURANDO O CASO**

O Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES), afirmou, em nota, que por meio da Promotoria de Justiça Cível de Vitória, informa abriu procedimento para apurar o caso. Caso constatadas irregularidades, serão tomadas as medidas cabíveis.

### **PREFEITURA JÁ FEZ INTERDIÇÃO E APLICOU 11 MULTAS**

O Edifício José Bernardino está embargado desde o dia 1º de junho pela Prefeitura Municipal de Vitória. Ele foi feito após a denúncia realizada pela Associação de Moradores do Centro de Vitória no dia 31 de maio.

No entanto, a secretária de Desenvolvimento da Cidade, Lenise Loureiro, explica que a fiscalização flagrou obras sendo realizadas mesmo após o embargo. E aplicou multas.

São 11 multas no valor de R\$ 7.817. Elas foram encaminhadas ao Banco Santander após as obras continuarem por 11 dias após o embargo: 3, 5, 6, 7, 8, 9, 12, 13, 19 e 21 de junho. Nenhuma ainda foi paga.

“Os proprietários são obrigados a restabelecer as condições originais do imóvel e não podem modificar nada, estando sujeitos a mais multas”, comenta.

Lenise acrescenta que o proprietário precisa procurar a Prefeitura Municipal de Vitória para restabelecer as condições originais do imóvel e pegar a autorização de uso para restauro da edificação. Tudo precisa ser feito com o acompanhamento da prefeitura. “Há uma equipe técnica na prefeitura somente para bens tombados”, diz.

#### **IMÓVEL VENDIDO**

O imóvel pertence na inscrição imobiliária do município ao Banco Real, vendido ao Banco Santander. Por isso, as multas estão sendo encaminhadas para a empresa, que ainda responde pelo prédio.

No entanto, o Santander esclarece, por meio de nota, que o imóvel foi vendido em maio de 2015, e que o processo de transferência do bem para o comprador está em andamento. E acrescenta que as obras não estão sendo feitas pela empresa.

A reportagem não conseguiu localizar a empresa JCR Administradora de Bens LTDA, que comprou o imóvel do banco.

# Jovem condenada após constranger ex do irmão

**Rayza Fontes**

Uma mulher deve ser indenizada em R\$ 5 mil por danos morais, após ser constrangida, em uma rede social, por uma postagem da irmã de seu ex-namorado.

A vítima alega que teve um relacionamento amoroso com o irmão da ré, e que, após o término, foi agredida fisicamente por ele em uma festa.

Em seguida, a ex-cunhada teria publicado em uma rede social a imagem da vítima com o rosto ensanguentado, acompanhado da legenda “a assombração apareceu”.

Na defesa, a ex-cunhada alegou ter sido a requerente a autora da postagem. Ela teria apenas realizado o comentário “A assombração

apareceu! Quem procura acha”.

Após analisar a foto, o magistrado da 1ª Vara de Baixo Guandu afirmou que a publicação da ré abriu brecha para o recebimento de comentários de terceiros, alguns enaltecendo a violência realizada, o que não poderia ser tolerado.



**REDE SOCIAL:** comentário indevido

## **Mulher é condenada a indenizar a ex do irmão por post no Facebook**

**A acusada postou uma foto da vítima ensanguentada com a legenda: “A assombração apareceu! Quem procura acha”**

Uma mulher deverá ser indenizada em R\$ 5 mil por danos morais, após ser constrangida, em uma rede social, por uma postagem da irmã de seu ex-namorado. A ex-cunhada teria publicado na web imagens do rosto ensanguentado da vítima depois que ela foi agredida pelo então companheiro. A foto estava acompanhada da legenda: “A assombração apareceu! Quem procura acha”.

A mulher alega que, após terminar o relacionamento, foi agredida fisicamente pelo ex em uma festa. Em seguida, a irmã dele teria publicado a foto dela com o rosto ensanguentado. O conteúdo ficou disponível por algumas horas, abrindo espaço para que outras pessoas comentassem e agredissem verbalmente a vítima.

Em sua defesa, a ex-cunhada alegou ter sido a própria vítima a autora da postagem. Ela teria apenas realizado o comentário. Porém, após análise do print screen da postagem (foto de tela), o magistrado da 1º Vara de Baixo Guandu constatou que a alegação não era verdadeira, uma vez que a foto havia sido postada no perfil da ex-cunhada.

O juiz afirmou, ainda, que a publicação abriu brecha para o recebimento de comentários de terceiros, sendo que alguns enalteciam a violência realizada contra a vítima, o que não poderia ser tolerado.

“Sendo esse o contexto, entendo restar caracterizada a ofensa à honra objetiva da requerente, de modo que a reparação é devida, devendo a ré indenizar a autora pelos danos morais sofridos” concluiu o juiz, justificando assim sua decisão. (Com informações da assessoria do Tribunal de Justiça do Espírito Santo)

## **Mulher tem que indenizar ex do irmão após constrangê-la na web**

**Vítima alega que, após o término, o ex a agrediu fisicamente em uma festa e a cunhada fez post em rede social que causou danos morais a ela.**

Uma mulher deve ser indenizada em R\$ 5 mil por danos morais, após ser constrangida, em uma rede social, por uma postagem da irmã de seu ex-namorado. A decisão é do juiz da 1º Vara de Baixo Guandu, no Noroeste do Espírito Santo.

Ela alega que, após o término, o ex a agrediu fisicamente em uma festa na cidade.

Em seguida, a ex-cunhada teria publicado em uma rede social uma imagem da autora da ação com o rosto ensanguentado, acompanhado da legenda “a assombração apareceu”.

O conteúdo ficou disponível por algumas horas e outras pessoas agrediram verbalmente a vítima.

Diante disso, sentindo-se ofendida, a mulher entrou na Justiça contra a ex-cunhada por danos morais.

A ex-cunhada disse ao juiz que a vítima teria sido a autora da postagem e que, apenas, teria feito o comentário “A assombração apareceu! Quem procura acha”, que foi postado “em respostas a supostas ofensas promovidas pela autora naquele dia”, segundo o Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES).

Após análise do print da postagem, o juiz constatou que a ré era a autora da publicação. “Sendo esse o contexto, entendo restar caracterizada a ofensa à honra objetiva da requerente, de modo que a reparação é devida, devendo a ré indenizar a autora pelos danos morais sofridos” concluiu o juiz, justificando assim sua decisão.

# Pais permitem estupro da filha por dinheiro e comida

**Em troca de quantias entre R\$ 10 e R\$ 20, casal permitia que a menina de 11 anos fosse estuprada por Fábio Hoffman, diz a polícia**

Jéssica Cardoso

Em troca de roupas, eletrônicos, alimentos e quantias em dinheiro, entre R\$ 10 e R\$ 20, um casal permitia que a filha, de 11 anos – atualmente com 12 – fosse estuprada por um operador de empilhadeira, em Viana. O acusado do crime, Fábio Alexandre Hoffman, de 40, foi apresentado à imprensa na tarde de ontem.

De acordo com o titular da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), delegado Lorenzo Pazolini, os pais

da vítima são alcoólatras, e o estupro só foi descoberto pela polícia quando a criança apanhou do pai, no dia 31 de janeiro deste ano.

“A menina foi agredida com uma panelada na cabeça pelo pai, e foi conduzida à delegacia e a um abrigo. A partir daí, com seus depoimentos e os relatórios de acompanhamento psicossocial vieram à tona uma série de abu-

ros que ela vinha sofrendo, que aconteciam com concordância dos próprios pais”, destacou o delegado.

Pazolini explicou que a menina e as irmãs, de 2, 7 e 9 anos, foram para um abrigo, após a de 12 ser lesionada, e ser constatado que as demais viviam abandonadas pelos pais, em razão da dependência química.

De acordo com o delegado, a menina foi abusada por cinco meses antes de entrar no abrigo, e quatro meses depois, mesmo depois de abrigada, em razão das visitas à família, que eram semanais. “Os abusos aconteceram na própria casa do abusador. Ele visitava as crianças no abrigo, depois pegava essas crianças com o conhecimento dos pais e levava para casa com o pretexto de passear, levar ao cinema, shopping. Mas, na verdade, a menina de 12 anos era vítima de estupro de vulnerável”.

Em troca da permissão, os pais recebiam vantagens. “Eles já tinham uma relação de parentesco, porém, bem distante. Mas sem dúvida, eles aferiam uma pequena vantagem econômica. Esse abusador, além de pequena quantia em dinheiro, também entregava aos pais, roupas, aparelhos eletrônicos e até alimentos. A menina também recebia presentes”, explicou.

**“Estou sendo acusado sem ter feito nada”**

Fábio Alexandre Hoffman, 40, acusado



FERNANDO RIBEIRO/AT  
**FÁBIO HOFFMAN** foi preso em casa, em Viana, e conduzido à delegacia, onde foi autuado por estupro de vulnerável

Ao fim da apuração do estupro, o delegado prendeu Fábio em casa, na segunda-feira e, como os pais da criança, ele vai responder por

estupro de vulnerável.

“Estou sendo acusado sem ter feito nada”, alegou o preso, em entrevista.

## “Entregaram na mão do abusador”

Para a polícia, não há dúvida de que os pais da menina, de 12 anos, têm culpa e devem pagar pelo mesmo crime. “Eles a entregaram na mão do abusador”, destacou o delegado Lorenzo Pazolini.

De acordo com o delegado, o casal não cumpriu com as obrigações básicas de pais.

“Os pais vão ser indiciados por

estupro de vulnerável com a mesma pena prevista para o autor, por conta da omissão. Eles tinham o dever legal de proteger a criança, de educar e praticar atos do dia a dia com ela e as irmãs, mas infelizmente, se omitiram nesses deveres. Sabiam que a criança era vítima de abuso e não adotaram nenhuma providência”, pontuou Pazolini.

O delegado ainda acrescentou que o caso não terminou. Isso, porque durante as investigações, surgiu a suspeita de que as irmãs da vítima também poderiam ter sido abusadas, e a delegacia apura a situação.

Tanto os pais quanto o abusador estão impedidos de se encontrar com as crianças.



RODRIGO GAVINI - 16/08/2017  
**PAZOLINI** vai indiciar pais da menor

VIANA

# Pais deixavam a filha ser abusada em troca de R\$ 20

**Casal usava dinheiro para comprar bebidas. Estuprador era parente da vítima**

GLACIERI CARRARETTO  
gcarrareto@redgazeta.com.br

Uma menina de 11 anos era estuprada por um familiar, operador de empilhadeira, 40 anos, em Viana. Os pais permitiam os abusos em troca de roupas, comida e de até R\$ 20 para comprar bebida alcoólica. O estuprador foi preso segunda-feira, ao voltar do trabalho.

A prisão foi realizada pela equipe da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA). O caso chegou à polícia em janeiro, quando o pai foi parar na delegacia depois de arremessar uma panela na cabeça da filha.

"Vizinhos chamaram a polícia e os PMs levaram a criança e o pai para a delegacia. Ele e a esposa são alcoólatras. Durante a análise psicossocial, a vítima contou que sofria abusos sexuais", contou Lorenzo Pa-

zolini, da DPCA.

Imediatamente, a menina, que já tinha 12 anos quando o caso chegou à polícia, foi levada para um abrigo e afastada da família.

Ela contou à polícia que era estuprada desde outubro de 2016, quando o pai dela, embriagado, chegou em casa com um primo que ela nunca tinha visto. Esse primo era o operador de empilhadeira. O nome dele não será divulgado para não expor as vítimas.

Segundo a polícia, o abusador buscava a menina e as três irmãs, de 9, 7 e 2

anos, na casa da família nos finais de semana, e as levavam para passeios e depois para a casa dele, onde realizava os estupros.

"Os pais são dependentes químicos e por isso não tinham condições de cuidar dessas crianças. Eles permitiam que o abusador tivesse acesso às crianças em troca de uma pequeno benefício em dinheiro, roupas e alimentos", disse o delegado.

Porém, ir para o abrigo não foi o suficiente para impedir que a menina fosse alvo dos estupros. "Os pais tinham direito a ir visitá-la uma vez por semana no abrigo. Quando iam, o casal levava o primo junto, saíam com a menina, e depois o acusado a devolvia ao abrigo no final do dia. Fato que fez com que a Justiça determinasse a perda do poder familiar dos pais, impedindo as visitas", disse Pazolini.

Também por decisão judicial, as outras três crianças foram retiradas dos pais e levadas para o mesmo abrigo da irmã.



FERNANDO MADEIRA

Operador de empilhadeira foi preso pela Polícia Civil ao voltar do trabalho

## Polícia vai investigar estupro contra irmãs

Com a prisão do acusado, a polícia agora abrirá outro inquérito para investigar a denúncia de que ele teria abusado também das irmãs da vítima, as meninas de 9 e 7 anos. "A mais velha era quem cuidava das irmãs menores, por isso sequer ia para o colégio. Ela não tinha para quem contar sobre o crime que sofria e fez isso quando chegou na delegacia. Po-

rérm, a menina se revoltou ao saber que duas das irmãs também passavam por situações de abusos", relatou Lorenzo Pazolini.

As vítimas contaram que eram molestadas pelo suspeito. No entanto, o delegado afirmou que será aberto um novo inquérito policial para apurar os fatos detalhadamente.

Para o delegado, po-

rém, não resta dúvida que os pais também participaram do crime que a filha sofria. "A conduta deles é extremamente omissiva, pois sabiam que essas crianças eram abusadas e nada fizeram, deixaram de agir como pais, protetores e educadores de suas quatro filhas", observou.

A mãe, uma dona de casa de 37 anos, e o pai, desempregado de 50 anos, serão indiciados pelo crime de estupro de vulnerável, o mesmo que o primo foi preso.

### OMISSÃO

*"Os pais sabiam que elas eram abusadas e nada fizeram, deixaram de agir como pais, protetores e educadores de suas quatro filhas"*

LORENZO PAZOLINI  
DELEGADO

## **Criança era oferecida para sexo pelos próprios pais em troca de comida e presentes no ES**

**O suspeito de cometer os abusos, um operador de empilhadeira de 40 anos, que é primo distante da menina, de 11, foi preso em Viana**

Um operador de empilhadeira de 40 anos foi preso em Viana, na tarde de segunda-feira (21), suspeito de abusar sexualmente de uma menina de 11 anos. Segundo a polícia, a criança era usada como uma espécie de “moeda de troca” pelos próprios pais, que recebiam alimentos e presentes do suspeito e, em troca, permitiam que ele tivesse relações sexuais com a menina.

Ainda de acordo com a polícia, o operador de empilhadeira é um primo distante da vítima. A menina, hoje com 12 anos, contou à polícia que os abusos começaram no final do ano passado, mas o caso só chegou ao conhecimento da polícia em janeiro deste ano. Um laudo do Departamento Médico Legal (DML) comprovou o estupro.

A vítima é a mais velha de quatro irmãs - as demais crianças têm 9, 7 e 2 anos. Segundo o titular da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), delegado Lorenzo Pazolini, os pais são dependentes químicos, estão desempregados e vivem em situação de extrema pobreza.

Em janeiro, o pai, alcoolizado, acertou a cabeça da menina com uma panela e a agressão virou caso de polícia. A família foi para a delegacia e a assistência social do município foi acionada. A garota foi afastada da família no mesmo dia e levada para um abrigo.

“Os pais são dependentes químicos, então as crianças ficavam sozinhas. A partir daí então foi determinada a destituição do poder familiar e essas crianças foram levadas para um abrigo”, contou o delegado.

Com o tempo, ela contou para as assistentes sociais que havia um primo distante, que levava ela e as irmãs para a casa dele nos fins de semana e a violentava.

“Essa investigação teve início a partir de uma agressão física, no final de janeiro deste ano. Essa jovem foi agredida com uma panelada na cabeça pelo pai. Ela então foi conduzida à delegacia de polícia e, a partir daí, com a sua oitiva e, sobretudo, com os relatórios de acompanhamento psicossocial, veio à tona toda essa série de abusos que ela vinha sofrendo. E ela relatou que esses abusos sexuais aconteciam com a concordância dos próprios pais”, ressaltou Pazolini.

Ainda de acordo com as investigações, mesmo depois de a menina ter sido levada para o abrigo os estupros continuaram.

“Ainda assim, dentro do abrigo, havia tentativas e uma dessas crianças foi abusada, mesmo depois de ser abrigada. Isso porque a família permitia que o abusador se aproximasse da criança”, frisou o delegado.

O delegado explica que o suspeito era impedido pela Justiça de entrar no abrigo, mas os pais buscavam a garota e levavam para o primo. A violência só cessou quando os pais também foram proibidos de visitar a criança.

“Esse abusador, além de pequena quantia em dinheiro, também entregava aos pais presentes, algum tipo de roupa, aparelhos eletrônicos e até mesmo alimentos. Então isso fazia com que os pais permitissem que a criança fosse abusada em troca de uma vantagem”, afirmou o delegado.

Em depoimento, os pais confirmaram que deixavam as filhas com o suspeito, mas alegaram que desconheciam os abusos contra a mais velha. Já o operador de empilhadeira afirmou que apenas buscava as crianças para leva-las à igreja. Ele foi autuado por estupro de vulnerável.

De acordo com a polícia, outro inquérito investiga se outras duas meninas, a de 9 e a de 7 anos, também sofreram algum tipo de abuso. Segundo Lorenzo Pazolini, as crianças seguem no abrigo. Já os pais serão indiciados por omissão.



## **Suspeito tinha aval de pais para estuprar menina no ES, diz polícia**

Para assistir ao vídeo da reportagem, clique no link abaixo:

<http://g1.globo.com/espírito-santo/bom-dia-es/videos/t/edicoes/v/suspeito-tinha-aval-de-pais-para-estuprar-menina-no-es-diz-policia/6097187/>

## **Família permitia estupro de menina de 12 anos em troca de dinheiro**

**O criminoso dava comida, roupas, sapatos e dinheiro para os pais da vítima, que gastavam com bebidas alcoólicas**

Um operador de empilhadeira de 39 anos foi preso nesta segunda-feira (21), em Viana, acusado de estuprar uma menina de 12 anos. Segundo a polícia, ele é um primo distante do pai da vítima. A família permitia os abusos em troca de alimentos e presentes.

O titular da Delegacia de Proteção a Criança e ao Adolescente (DPCA), Lorenzo Pazolini, informou que a família começou a ser investigada depois de a vítima ter sido agredida pelo pai. Ele arremessou uma panela na cabeça da criança no dia 31 de janeiro deste ano. A vizinhança chamou a polícia e ele foi levado para a delegacia. A partir do episódio, a menina passou por exames e acompanhamento psicossocial. Como ela estava em uma situação de risco na família, a vítima foi encaminhada a um abrigo.

Pazolini explicou que o pai, de 50 anos, está desempregado, e a mãe, 37, é dona de casa. Os pais são alcoólatras e a vítima tem outras três irmãs: uma de 9, outra de 7 e a mais nova de 2 anos. No relatório psicossocial foi constatado que a menina mais velha era quem cuidava das irmãs. Diante desta situação, a Justiça determinou que as outras crianças também fossem encaminhadas ao abrigo no dia 21 de março.

Durante o acompanhamento da menina de 12 anos foi identificado que ela era abusada sexualmente há quatro meses pelo acusado. E mesmo no abrigo, os pais tinham direito de visitá-la uma vez por semana. No entanto, o bandido também ia nas visitas. Eles buscavam a vítima, ela ficava com o primo do pai e no final do dia eles a levavam de volta ao abrigo.

Em troca dos abusos, o acusado dava comida, roupas, sapatos e dinheiro para os pais que gastavam com bebidas alcoólicas. De acordo com a polícia, há quatro meses o acusado buscava as crianças para passarem o final de semana com ele e, na casa dele, abusava da mais velha. A polícia vai investigar se as outras irmãs também foram abusadas. Segundo Pazolini, o primo se aproveitava de uma família humilde e desestruturada para cometer o crime.

O acusado foi preso quando voltava do trabalho. Ele vai responder pelo crime de estupro de vulnerável. Pazolini informou que os pais da vítima também serão indiciados pelo mesmo crime e por omissão já que eles tinham a obrigação de proteger a filha. (Com informações de Glacieri Carraretto, de A Gazeta)

## Pastor é acusado de abuso por adolescente

Mais uma vítima de estupro de Ernestino Candido Filho, o Pastor Lê, procurou a polícia para denunciá-lo. Em razão disso, a Justiça expediu o mandado de prisão preventiva contra o acusado.

Ele estava preso provisoriamente há oito meses. A vítima, hoje com 15 anos, contou que não havia procurado a delegacia antes, por ter sido pressionada. Inclusive, seria testemunha a favor do pastor, mas mudou de ideia.

A avó da adolescente, 55, que pediu para não ser identificada, disse que, assim como outras cinco vítimas, ela contou ter sido vítima de estupro, no gabinete do pastor, a pretexto de um "trabalho de libertação".

"Ela estava com 12 anos, e nós fizemos parte da igreja por dois anos. Assim que o caso chegou a público, percebemos que ela chorava muito. Durante uma conversa, ela acabou contado que não falou antes por medo e vergonha", contou a avó.

A família procurou a polícia no fim do mês passado e agora pede justiça. "Sofri pelo mesmo crime na infância, e ninguém acreditou em mim. Eu acredito na minha neta, e nós vamos até o fim com a acusação", defendeu a avó.

O delegado Lorenzo Pazolini disse que não há dúvidas da acusação. "Isso comprovou a autoria mais uma vez e o leva a caminho da condenação. Até o fato da testemunha de defesa ter relato contra, isso já pesa contra ele", destacou.

FÁBIO NUNES - 20/01/2017



**PASTOR LÊ: nova acusação**